

REFLEXÕES SOBRE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Bernadete Oliveira Sidney Viana Dias¹

Lucas Augusto Tome Kanno Vieira²

Heberth Paulo de Souza³

Resumo

Esta é reflexão sobre trabalhos de conclusão de curso (TCC), de graduação de Direito de uma instituição de ensino superior, com o objetivo de identificar as temáticas ou ramos do Direito mais abordadas, os procedimentos metodológicos e o significado da elaboração e produção destes trabalhos. A metodologia de pesquisa foi baseada na abordagem quantitativa, por meio do estudo bibliométrico e de um *survey*, tendo como instrumento de pesquisa um questionário estruturado, respondido por concluintes do curso, analisado por estatística descritiva. Os ramos do direito mais frequentes dos artigos consultados foram o Direito Civil, seguido de Direito Penal, coincidindo também com os dos TCC em elaboração. O método dedutivo foi o mais citado e a metodologia foi a revisão bibliográfica. Direito, direitos, lei, penal, civil e constituição foram as palavras chave com mais incidência. Entre os resultados encontrados, podem ser citados: o motivo para a escolha do curso de Direito é a realização pessoal e a exigência institucional é a motivação para a elaboração do TCC mais identificada. A internet e a Biblioteca virtual foram as fontes de pesquisa mais utilizadas. Não é uma prática a leitura de artigos, periódicos ou outro trabalho acadêmico e a maioria só lê quando é solicitado. Sugere-se conscientizar os estudantes da importância do pesquisar, assim como conhecer a filosofia do direito, métodos e técnicas. Um trabalho de pesquisa, seja um artigo ou uma monografia, deve ser motivador não apenas como uma exigência institucional. A busca do conhecimento em Direito deve ser sistemática, assim como toda ciência social.

Palavras Chave – Ciência. Direito. Conhecimento. Trabalho de Conclusão de Curso.

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é sobre ciência. É sobre a reflexão, o pesquisar e produzir conhecimento em Direito. Um pouco mais, é buscar compreender como se constrói este conhecimento, com objetividade e racionalidade.

Nader (2021) diz que há três graus do conhecimento: o vulgar, o científico e o filosófico. O primeiro, é o conhecimento pela experiência e é superficial; o segundo consiste na apreensão mental das coisas por suas causas ou razões, através de métodos especiais de investigação. E o terceiro, o filosófico, tem por objeto de reflexão o conceito, os elementos constitutivos deste,

¹ Graduanda em Direito

² Orientador

³ Orientador

seus postulados básicos, métodos de cognição, teleologia e o estudo crítico-valorativo de suas leis e institutos fundamentais.

Pode-se inferir que, em Direito, o conhecimento vulgar é aquele do leigo; que procura conhecer sobre seus interesses. O conhecimento científico é o do jurista e, ao contrário do conhecimento vulgar, é reflexivo. Por sua vez, o filosófico é o conhecimento mais aprofundado e desenvolvido pelo jurista-filósofo. É o que domina o saber jurídico e possui senso crítico, voltado especialmente para os valores humanos. (NEDER, 2021, p. 30).

Neste sentido, este artigo refere-se ao conhecimento científico do Direito, que compreende o sistema jurídico, o conteúdo, o significado das leis e a formação de sujeitos para esta área. Henrique e Medeiros (2017) dizem que um Trabalho de Conclusão de Curso deve seguir os parâmetros de pesquisa científica e produzir conhecimento científico, amparando-se nos pressupostos de objetividade, racionalidade, estudo sistemático, como um conhecimento verificável e falível. E mais, que se baseia em método constituído por um sistema conceitual, definições, técnicas de pesquisa.

Este trabalho teve como objetivo explorar os trabalhos de conclusão do curso de Direito de uma Instituição de Ensino Superior - IES, identificando as temáticas ou ramos do Direito mais abordadas, os procedimentos metodológicos e o significado da elaboração e produção de um trabalho de conclusão de curso.

Tendo como fonte de pesquisa os artigos produzidos por acadêmicos do curso de direito como Trabalho de conclusão de Curso que são uma exigência para Titulação, a metodologia de pesquisa foi baseada na abordagem quantitativa, por meio do estudo bibliométrico. Posteriormente, para complementar os dados, fez-se a aplicação de questionário estruturado a concluintes do curso, analisado por estatística descritiva.

O artigo é organizado da seguinte maneira: a seção 1 faz uma revisão das concepções de ciência e método. A Seção 2 reflete sobre o Trabalho de Conclusão de Curso e a seção 3 trata dos aspectos metodológicos. A seção 4 delineia os resultados encontrados e reflete sobre eles. Encerrando o artigo estão as considerações finais.

1 – CIÊNCIA, CIÊNCIA DO DIREITO E MÉTODO

Historicamente, o Direito permitiu, ao longo dos tempos, as formações sociais, o convívio entre pessoas e comunidades enquanto um princípio da ordem em sociedade; a ciência preocupou-se com o conhecimento e a compreensão dos fenômenos sociais e naturais e a Ciência do Direito desenvolveu-se como um conjunto de teorias sobre as normas, sobre as

obrigações de natureza dogmática e conceitual, por intermédio de pesquisas e procedimentos científicos.

A filosofia do direito é investigação que valoriza a abstração conceitual, servindo de reflexão crítica, engajada e dialética sobre as construções jurídicas, sobre os discursos jurídicos, sobre as práticas jurídicas, sobre fatos e normas jurídicas. Assim, a ciência jurídica é ciência normativa e aplicada. (POÇAS, 2020, p. 135)

Para Poças (2020), com o propósito do trabalho de investigação jurídica não se ater ao conhecimento de um dado problema, mas visar a respetiva disciplina ou solução normativa, o Direito assumiu um sentido normativo. Porém, Bittar (2022) diz que foi o tempo em que se falava da incapacidade do direito para se dedicar à pesquisa e à produção sustentada do conhecimento. Para este autor, o direito não pode ser conhecido senão como fenômeno social.

Nesta mesma direção Gustin, Dias e Silva (2020) fazem uma reflexão sobre o direito e seu objeto de investigação, no sentido de transformar e redefinir o papel do Direito e da investigação jurídica na contemporaneidade, não se restringindo a um saber dogmático, mas adotando modelos de conhecimento críticos, sendo o Direito um fenômeno não apenas jurídico, mas social e cultural.

Diniz (2019) diz que o conhecimento jurídico supõe a determinação do conceito do direito, mas este, o conceito, um suposto da ciência jurídica, ela jamais poderá determiná-lo. E é difícil encontrar uma definição única, concisa e universal, que abranja as inúmeras manifestações em que se pode apresentar o direito.

Compete à filosofia do direito solucionar o problema do conhecimento jurídico, na sua parte especial designada epistemologia jurídica, que, no sentido estrito, tem a incumbência de estudar os pressupostos, os caracteres do objeto, o método do saber científico e de verificar suas relações e princípios. (DINIZ, 2019, p. 15)

O método é, sobretudo, uma seleção apurada, criteriosa e cuidada de fontes de pesquisa, pois, como é sabido, a fonte de informação determina os resultados reflexivo e conclusivo de qualquer pesquisa. Trata-se de uma verdadeira arte de, entre textos, construir o conhecimento, valendo-se das fontes de pesquisa disponíveis. (BITTAR, 2022, p. 9).

Nader (2021) diz que o método, cujo vocábulo provém do grego *methodos* (caminho para alcançar um fim), é procedimento adotado pelo homem na busca do conhecimento. E este caminho, é instrumental, que conduz um estado inicial de ignorância a um outro estado, de conhecimento. Diniz (2019, p. 11) diz que é também a direção ordenada do pensamento que garante a veracidade do conhecimento.

Duas vertentes metodológicas podem ser consideradas: a jurídico-dogmática e a jurídico-social, sendo a primeira voltada para as relações normativas e a segunda que compreende o fenômeno jurídico no ambiente social mais amplo. (GUSTIN, DIAS E SILVA,

2020). Paralelamente, ligados a essas duas vertentes há formas de estruturar o raciocínio lógico para compreensão do fenômeno jurídico. São processos mentais do tipo indutivo, dedutivo, indutivo-dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético.

No dedutivo, o raciocínio parte de uma proposição abstrata para construir a proposição discursiva concreta; no indutivo o raciocínio parte de uma proposição abstrata para construir a proposição discursiva concreta. (DEMO, 1995)

A metodologia seria o estudo dos métodos ou a forma de conduzir as pesquisas. Demo (1987) diz que a metodologia é o instrumental da pesquisa científica; são as ferramentas e os procedimentos. São as definições e as técnicas de pesquisa. (HENRIQUES E MEDEIROS, 2017).

Por definição, as pesquisas podem ser exploratórias, descritivas ou explicativas (LAKATOS, 2021). E as técnicas são a parte prática na execução de uma pesquisa, utilizada para a coleta de dados. Podem ser técnicas de investigação teórica (históricas, conceituais, normativas) ou técnicas de investigação empírica (observação, entrevista, amostragem, questionário, estudo de caso, pesquisa ação ou participante). (BITTAR, 2022)

E para pesquisar, há a necessidade de método, metodologia e técnicas.

2 – O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 1994, as diretrizes curriculares estabelecidas na Portaria nº 1.886, de 30-12-1994, do MEC, estabeleceu que para a conclusão do curso, seria obrigatória a apresentação e defesa de monografia final, perante banca examinadora, com tema e orientador escolhidos pelo aluno. Posteriormente, em 1996, nova portaria (Portaria do MEC nº 3, de 9-1-1996) tornou este trabalho obrigatório aos matriculados a partir de 1997.

Em 2018, novas diretrizes foram publicadas: a RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, diz da obrigatoriedade de constar no Projeto Pedagógico de Curso o Trabalho de Curso –TC.

Em 2020, a Pró-reitoria de Pesquisa e de Extensão e a Pró-reitoria de Ensino e Assuntos Acadêmicos da Instituição de Ensino Superior - IES estabeleceu REGULAMENTO PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:

Art. 15 - O TCC será elaborado no formato de artigo científico, contendo de 12 a 20 páginas (incluindo as referências) e estruturado de acordo com as normas da ABNT, Vancouver ou outra específica da área, de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Direito- PPC (2022):

Art. 15º A estrutura formal do artigo deverá: seguir os critérios das normas da ABNT, contendo em sua estrutura: título, resumo, palavras chave (mínimo de três e máximo de cinco), introdução (objetivos, justificativa, metodologia, problematização e resultados), desenvolvimento (revisão de literatura), conclusão (com o alcance ou não da hipótese da pesquisa), referências, anexos (se houver) e apêndices (se houver); ter mínimo de 10 (dez) páginas de texto e máximo de 20 (vinte páginas); conter pesquisa bibliográfica de, no mínimo, 6 (seis) obras, ressalvados os casos expressamente permitidos pelo professor orientador; (IES, 2022, p. 85).

Além destas normatizações, ressalta-se que entre os objetivos do Curso de Direito, listados no PPC(2022), está o desenvolvimento da

Construção de um aprendizado que dimensiona o ensino, a pesquisa e a extensão como formas de elaboração e reflexão ativa do saber que emerge da realidade, despertando no aluno a habilidade de compreender e identificar soluções contextualizadas a partir de sua intervenção na realidade; (IES, 2022, p. 67)

Quanto ao Trabalho de Conclusão de Curso, o PPC ainda diz que

deve-se observar a capacidade de organização do conhecimento, de fundamentação jurídica, de visão crítica e social capaz de propor reflexões aos mais diversos problemas apresentados pela sociedade, sempre dentro do regras e princípios constitucionais (IES, 2022, p. 97)

Feferbaum e Queiroz (2020) dizem que os trabalhos de conclusão de curso no direito não variam muito da forma como em outras áreas do conhecimento; geralmente apresentam trabalhos monográficos, com conteúdo homogêneo (conceito, natureza jurídica, evolução histórica, o tema na jurisprudência etc.), como um modelo o canônico a partir do qual toda produção jurídica acadêmica é concebida e executada.

E o Trabalho de Curso, como um artigo científico, deve apresentar novos estudos e pesquisas sobre aspectos ainda não devidamente explorados e em discussão no meio científico (Severino, 2007, p. 208). Seu conteúdo deve ser claro, objetivos e concisos, apresentando formas e estilo de natureza científica. (FEFERBAUM E QUEIROZ, 2020)

Por sua vez, Gil (1999, p. 60), diz que “é comum à situação de estudantes que se sentem completamente desorientados ao serem solicitados a escolher o tema de sua monografia de conclusão de curso ou dissertação de mestrado”. Para Beuren (2009), os trabalhos monográficos devem sobressair os mecanismos de avaliação para o encerramento da graduação, representando a sistematização dos conhecimentos absorvidos e proporcionando o seu conhecimento intelectual e contribuindo positivamente com o tema proposto.

Além desses pontos, Bittar (2022, p. 8) aponta que a experiência acadêmica de instigar o estudante a pesquisa é fator primordial para a valorização do estudo aprofundado e a leitura crítica do Direito.

Neste sentido, elaborar um trabalho científico, dentro das normas estabelecidas, como resultado de uma soma de fatores é uma ação complexa, que integra pesquisa e conhecimento,

ciência e prática. E pesquisar os Trabalhos de Curso é compreender esta complexidade, estimulando a reflexão jurídica e aprofundando o debate metodológico e seu percurso.

3 - METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter quantitativo descritivo, realizado em duas etapas:

Etapa I - uma análise bibliométrica dos artigos / Trabalhos de Curso, os TCC do Curso de Direito tendo como recorte o período de 2019 a 2021.

Etapa II – um *survey*, tendo como instrumento de pesquisa um questionário aplicado aos concluintes do curso de Direito do ano de 2022.

Para Ferreira (2002), os levantamentos bibliométricos são levantamentos que buscam descrever e inventariar a produção acadêmica e científica sobre um tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado.

Por sua vez, Tague-Sutcliffe *apud* Macias-Chapula (1998, p. 25) diz que a bibliometria é

o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada. Usada pela primeira vez por Pritchard em 1969, a bibliometria desenvolve padrões e modelos matemáticos para medir esses processos, usando seus resultados para elaborar previsões e apoiar tomadas de decisão.

Assim com a finalidade de análise descritiva dos artigos e analisar os indicadores bibliométricos este trabalho identificou os Trabalhos de Conclusão de Curso (os TCCs foram obtidos na página do curso da Instituição de Ensino Superior), limitando o período compreendido entre 2019 e 2022. Acessado os trabalhos, foi realizada a leitura dos mesmos. Os dados foram tabulados com o auxílio do programa Microsoft Excel 2010®, sendo analisados por meio de estatística descritiva, com as principais características desses trabalhos e identificando as seguintes variáveis: temáticas, área do direito, palavras-chave e procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisa.

Na Etapa II, para compreender o significado da elaboração e produção de um artigo científico, realizou-se um *survey*, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário *on line*, disponibilizado via Formulário do Google (*Google forms*).

Este questionário foi adaptado de Peixoto et al. (2014) e Freitas (2019), o qual, depois de elaborado, foi submetido à avaliação por parte de especialistas (validação por juízes e semântica).

Os dados foram coletados por intermédio destes questionários. Foi enviado o *link* para os estudantes dos dois últimos períodos (turmas do nono e decimo períodos, diurno e noturnos) via coordenação do curso de direito e professores responsáveis pela orientação de TCC. As perguntas foram divididas em três blocos de questões:

- Bloco I: Perfil dos alunos;
- Bloco II: Questões relacionadas à percepção dos alunos quanto a elaboração TCC;
- Bloco III: Fatores que servem de obstáculos e ou benefícios que ajudaram na elaboração do TCC.

As questões apresentavam alternativas fechadas, porém, permitindo a escolha a mais de uma alternativa. Uma última questão aberta foi colocada, indagando se o respondente gostaria de acrescentar mais alguma informação.

Os dados foram tabulados no software de elaboração de planilhas eletrônicas da Microsoft – *excel*. Com o apoio de tais ferramentas, fez-se uma análise estatística de caráter descritivo.

4 - RESULTADOS E REFLEXOES

4.1- Levantamento Bibliométrico

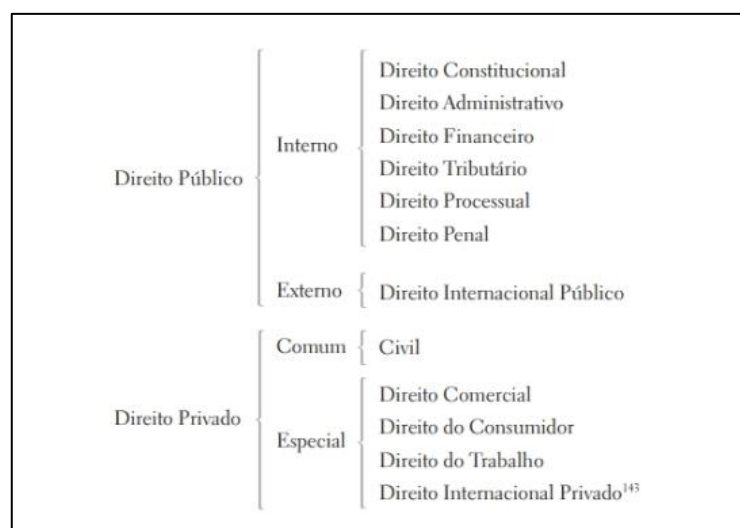
Ao explorar as bases de dados dos trabalhos de Conclusão de Curso do Direito do Centro Universitário para o período de 2019 a 2022 foram identificados 226 (duzentos e vinte e seis) artigos, sendo 68 (sessenta e oito) apresentados no ano de 2022, 33 (trinta e três) no ano 2021, 53 (cinquenta e três) no ano de 2020 e 72 (setenta e dois) no ano de 2019. Foram desconsiderados 41 (quarenta e um) artigos que não apresentaram todas as variáveis. Desse modo, a amostra do estudo contou com 190 (cento e noventa) artigos para análise.

4.1.1 – Temas dos Artigos

Para descrever a variável tema, foram classificados os trabalhos de acordo com os ramos de direito. Siqueira Junior (2019, p. 128) diz que o sistema jurídico é o conjunto harmônico de regras, compondo uma estrutura escalonada de normas que formam uma unidade. Entretanto, com o intuito didático surge a necessidade da divisão setorializada do direito em ramos ou disciplinas.

Assim, o estudo do direito é dividido em Público e Privado, sendo o primeiro constituído das normas e atuações nas quais o estado ou entidades públicas se acham presentes como tais, ou seja, exercendo seu poder e o segundo, o direito privado, compõem –se das normas que regulam as relações entre pessoas ou particulares.

Figura 1 – Ramos do Direito



Fonte: Siqueira Junior, 2019, p. 129

De acordo com este autor, (SIQUEIRA JUNIOR, 2019, p. 129) dentro do direito público, distinguem-se vários ramos como na Figura 1: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Financeiro, Direito Tributário, Direito Processual, Direito Penal e Direito Internacional Público. Por sua vez, o direito privado subdivide-se nos ramos do Direito Civil, Direito Comercial, Direito do Consumidor, Direito do Trabalho, Direito Internacional Privado.

Os TCCs foram classificados de acordo com esta divisão, sendo adicionado o direito digital e Direitos Humanos, como pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 – Temas /Ramos do Direito do Trabalho de Conclusão de Curso 2019-2022

Ramo do Direito	Frequência	Porcentagem
Civil e Processual	73	39,25
Internacional	2	1,08
Ambiental	4	2,15
Constitucional	19	10,21
Comercial	2	1,08
Digital	8	4,30
Tributário	2	1,08
Penal e processual	38	20,43
Trabalho	9	4,83
Administrativo	8	4,30
Previdenciário	7	3,76
Financeiro	1	0,54
Direitos Humanos	7	3,77
Outros	6	3,22
TOTAL	186	100

Fonte: Dados de Pesquisa, 2022

Verificou-se maior concentração dos artigos nos ramos do Direito Civil e Processual (39,5%), Direito Penal e Processual (20,43%), Direito Constitucional (10,21%) que juntos totalizaram 70,14% dos artigos analisados.

Por sua vez, os outros ramos do direito apresentados foram: Direito do trabalho (4,83), direito administrativo (4,30%), Direito digital (4,30%) Direitos Humanos (3,77%), previdenciário (3,76), internacional (1,08%), Ambiental (2,15%) e outros (3,22 %)

4.1.2 – Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos, aqui considerados como métodos, técnicas ou abordagens não estavam apresentados em alguns artigos, que foram desconsiderados para esta análise.

A Tabela 2 apresenta os procedimentos metodológicos encontrados nos artigos pesquisados.

Tabela 2 – Procedimentos Metodológicos		
Métodos/Metodologia /Técnicas de Pesquisa	Frequência	Porcentagem (%)
Dedutivo	22	11
Descritivo	21	10,5
Documental	2	1
Estatística	2	1
Estudo de Caso	4	2
Explicativo	4	2
Exploratório	12	6
Qualitativo	41	20,5
Quantitativo	6	3
Revisão Bibliográfica/ Revisão de Literatura	84	43
Teórico	2	1
TOTAL	200	100

Fonte: Dados de Pesquisa, 2022

Observou-se (Tabela 2) que em sua maioria (43%) dos trabalhos se propuseram a realizar revisão bibliográfica /literatura (livros, artigos, teses, jurisprudências entre outros) sendo seguido por trabalhos qualitativos (20,5%), métodos dedutivos (11%) e trabalhos descritivos (10,5%). Observou-se ainda a existência de trabalhos de pesquisa exploratórios (6%), quantitativos (3%) e explicativos (2%), estudos de caso (2%) , estatísticas(1%), documental (1%) e teóricos (1%).

4.1.3 – Palavras Chave

Uma nuvem de nuvem de palavras é uma representação visual de dados de um texto. Baseia-se na frequência das palavras para destacar àquelas mais frequentes De acordo com Camargo e Justo (2013) essa é uma análise mais simples, mas conforme constatou- se ela tem

43 (quarenta e três) estudantes participantes da pesquisa. Um dos respondentes não aceitou o termo de consentimento e suas respostas foram desconsideradas.

Quanto ao gênero e idade, os dados são apresentados na Tabela 3 e verificou-se que 48,82% são do sexo feminino e 51,18% do sexo masculino.

Tabela 3 – Perfil dos Respondentes						
	Frequência			Percentual (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
21 a 25 anos	13	15	28	30,23	34,89	65,12
26 a 30 anos	1	2	3	2,32	4,66	6,98
31 a 35 anos	2	1	3	4,66	2,32	6,98
36 a 40 anos	1		1	2,32		2,32
41 a 50 anos	1	3	4	2,32	6,99	9,31
Acima de 51	3	1	4	6,97	2,32	9,29
Total	21	22	43	48,82	51,18	100

Fonte: Dados de Pesquisa, 2022

A Tabela 4 aponta os motivos da opção pelo Curso de Direito, sendo a ênfase na realização pessoal (39,66%), seguida da opção Prestar Concurso Público (29,31%). O mercado de Trabalho esta como terceiro motivo (15,52%). O preço do curso parece ser irrelevante.

Tabela 4 – Motivo de Opção pelo Curso de Direito								
	Frequência				Percentual (%)			
	9	10 N	10 D	Total	9	10 N	10 D	Total
Pressão Familiar			3	3			5,17	5,17
Prestar Concurso Publico	5	5	12	22	8,62	8,62	20,69	29,31
Mercado de Trabalho	1		8	9	1,72		13,79	15,52
Preço			1	1			1,72	1,72
Realização pessoal	6	4	13	23	10,34	6,90	22,41	39,66
TOTAL	12	9	37	58	20,69	15,52	63,79	100,00

Fonte: Dados de Pesquisa, 2022

4.2.2 - Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Nesta seção, estão as respostas sobre a elaboração do TCC: o ramo do direito do desenvolvimento do TCC, as fontes utilizadas, o grau de motivação dos respondentes, assim como também a questão: O que você adquire na construção de um TCC.

A Tabela 5 mostra que o ramo de Direito com maior frequência é o Direito Civil e Processual (28,8%), seguido por Direito Penal e Processual (17,7%) e Direito Constitucional (15, 6%). Direito do Trabalho com 8, 9 % dos respondentes

Tabela 5 – Ramo do Direito de desenvolvimento do TCC								
	Frequência				Percentual (%)			
	9	10 N	10 D	Total	9	10 N	10 D	Total
Civil e Processual		1	12	13		2,2	26,6	28,8
Internacional		2	2	4		4,4	4,4	8,8
Ambiental								
Constitucional	5		2	7	11,2		4,4	15,6
Comercial			1	1			2,2	2,2
Digital			2	2			4,4	4,4
Consumidor								
Tributário			2	2			4,4	4,4
Penal e processual	4	2	2	8	8,9	4,4	4,4	17,7
Trabalho	4			4	8,9			8,9
Administrativo			1	1			2,2	2,2
Previdenciário								
Financeiro								
Direitos Humanos			2	2			4,4	4,4
Outros			1	1			2,2	2,2
Total	13	5	27	45	28,8	11,2	60	100

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A Tabela 6 apresenta as fontes de pesquisa utilizadas pelos discentes - respondentes, com preponderância da Biblioteca Virtual com 38,8 % de frequência e Internet com 34,5 %.

Tabela 6 – Fontes de Pesquisa utilizadas								
	Frequência				Percentual (%)			
	9	10 N	10 D	Total	9	10 N	10 D	Total
Biblioteca física	1		7	8	1,5		10,5	12
Biblioteca virtual	5	1	20	26	7,4	1,5	29,9	38,8
Internet	12	4	7	23	17,9	6	10,4	34,3
Outros			2	2			3	3
Artigos científicos	1		3	4	1,5		4,5	6
Pesquisa de Campo			1	1			1,5	1,5
Banco de Dados Governo			1	1			1,5	1,5
Livros			1	1			1,5	1,5
Reportagens de grandes mídias			1	1			1,5	1,5
Total	19	5	43	67	28,3	7,5	64,3	100

Fonte : Dados de Pesquisa (2022)

4.2.2.1 - Grau de motivação para a elaboração do TCC

Foram formuladas afirmativas relacionados ao grau de motivação para a elaboração do TCC para que fossem pontuadas conforme a escala *Likert*, de 1 a 10, onde a pontuação mais próxima de 10 maior a identificação e concordância com a afirmativa. Os resultados estão presentes na Tabela 7.

Tabela 7 – Grau de Motivação para a elaboração do TCC

	Frequência Percentual (%)									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Exigência institucional			2,13	8,9	10,7	11,0	6,6	22,6	13,3	24,5
Aperfeiçoamento profissional				4,26	12,77	10,64	6,38	12,77	21,28	29,79
Publicidade	11,1		6,7	2,2	8,9	6,7	2,2	15,6	13,3	33,3

Fonte: Dados de Pesquisa, 2022

Os resultados apresentados mostram haver uma identificação com a afirmativa de motivação pela exigência institucional, sendo esta pontuação acima de 8 (entre 8 e 10) com maior frequência (60,4%). Ao que se diz respeito do nível de importância para o aperfeiçoamento profissional, mostra que também prevalece uma identificação bem próxima de 10, com mais de 70 % uma diferença relevante. Por sua vez, a identificação com a publicidade está mais diversificada, distribuído as pontuações.

A Tabela 8 aponta o que adquire na construção de um TCC.

Tabela 8- – O que você adquire na construção de um TCC

	Frequência				Percentual (%)			
	9	10 N	10 D	Total	9	10 N	10 D	Total
Conhecimento em um assunto específico	14	3	20	37	16,87	3,61	24,10	44,58
Experiência em pesquisar	6	2	16	24	7,23	2,41	19,28	28,92
Conhecimento em metodologia da pesquisa	4	1	15	20	4,82	1,20	18,07	24,10
Informar a sociedade			1	1			1,20	1,20
Oportunidade para publicação			1	1			1,20	1,20
Total	24	6	53	83	28,92	7,23	63,86	100,00

Fonte : Dados de pesquisa, 2022

Sobre o conhecimento adquirido na construção de um TCC, 24,10,6% responderam adquirir conhecimento em um assunto específico, conforme Tabela 8. Parece não ser muito importante para os respondentes a oportunidade para publicação (1,2%) e nem informar a sociedade (1,2%).

Tabela 9 – O aluno que publicou artigos científicos em periódicos/ anais de eventos Científicos tem mais facilidades em elaboração do TCC

	Frequência				Percentual (%)			
	9	10 N	10 D	Total	9	10 N	10 D	Total
1 - Discordo plenamente								
2 - Discordo em parte	2				4,55			4,55
3 - Nem concordo e nem discordo	3	1	3		6,82	2,27	6,82	15,91
4 - Concordo em parte	5	2	4		11,36	4,55	9,09	25,00
5 - Concordo plenamente	3	2	19		6,82	4,55	43,18	54,55
Total	13	5	26	44	29,55	11,36	59,09	100,00

Fonte: Dados de Pesquisa, 2022

A maioria concorda que o aluno que publicou artigos científicos em periódicos/ anais de eventos Científicos tem mais facilidades em elaboração do TCC (54,55 %), como apresentado na Tabela 9.

Tabela 10- - O que fez escolher a área do estudo do TCC

	Frequência				Percentual			
	9N	10N	10D	Total	9	10N	10d	Total
Facilidade de pesquisa	2	2	6	10	4,55	4,55	13,64	22,73
Bastante conhecimento da área.			5	5			11,36	11,36
Necessidade e falta de estudo na área	3		7	10	6,82		15,91	22,73
Afinidade	8	3	7	18	18,18	6,82	15,91	40,91
Poucos trabalhos publicados			1	1			2,27	2,27
TOTAL	13	5	26	44	29,55	11,36	59,09	100,00

Fonte : Dados de Pesquisa, 2022

Nesta questão, a afinidade traz a maior frequência (40,91%) seguido de facilidade de pesquisa e necessidade de estudo na área (22,73%).

4.2. 3- Fatores que servem de obstáculos e/ ou benefícios que ajudam na elaboração do TCC

Este bloco de perguntas, apresenta o nível de concordância do respondente acerca dos obstáculos/ benefícios na realização do TCC. A Tabela 11 apresenta a tabulação das notas atribuídas pelos participantes tendo por base a escala do tipo *Likert* de 5 pontos, nas quais o aluno atribuiu conceitos de 1 (DP – discordo plenamente), 2 (DEP – discordo em parte), 3 (NCND – nem concordo nem discordo), 4 (CEP – concordo em parte) e 5 (CT – concordo plenamente).

Tabela 11 – Nível de concordância acerca dos obstáculos/benefícios na realização do TCC

Assertivas	Frequência				
	DP	DEP	NCND	CEP	CP
Os alunos têm pouco tempo para se dedicarem a elaboração do TCC no decorrer do curso	2	3	8	10	20
Falta interesse dos alunos em participar de atividades (seminário /palestras) que envolvem a disciplina TCC	6	3	10	14	8
A disciplina de metodologia científica e/ou pesquisa aplicada são suficientes para elaboração do TCC	12	10	5	11	7
Você teve dificuldade na definição da área para elaboração do TCC	12	4	6	16	5
Os alunos que participam de programas de pesquisa, extensão e /ou monitoria têm mais habilidades em desenvolver em TCC	1	2	12	12	15

Fonte : Dados de Pesquisa, 2022

A assertiva que diz os alunos têm pouco tempo para se dedicarem a elaboração do TCC no decorrer do curso obteve uma pontuação com um índice de concordância alto, onde 10 concordaram em parte e 20 concordaram plenamente. Por sua vez, a falta interesse dos alunos em participar de atividades (seminário /palestras) que envolvem a disciplina TCC ficou com maior concordância na pontuação 4, ou seja concordam em parte com a assertiva.

Quanto às dificuldades na definição da área de estudo, mais da metade concordaram com a assertiva (dezesesseis concordaram em parte e cinco concordaram plenamente) e para seis parece ser indiferente (não concordaram nem discordaram). Por sua vez, dezesseis discordaram em parte ou plenamente.

Vinte e sete respondentes concordam que os alunos que participam de programas de pesquisa, extensão e /ou monitoria têm mais habilidades para desenvolver o TCC; para doze é irrelevante e tres discordam em parte ou plenamente.

Quanto se a disciplina de metodologia científica e/ou pesquisa aplicada são suficientes para a elaboração do TCC, para cinco é indiferente (nem discordam nem concordam), enquanto dezoito concordam com a afirmativa (em parte ou plenamente) e vinte e dois discordam (em parte ou plenamente).

Tabela 12 - Atividades acadêmica desenvolvidas durante o curso, além daquelas obrigatórias?

Atividades	Frequência				Percentual (%)			
	9	10 N	10 D	Total	9	10 N	10 D	Total
Iniciação científica ou tecnológica	1	1	3	5	1,85	1,85	5,56	9,26
Monitoria	1	1	1	3	1,85	1,85	1,85	5,56
Projetos de pesquisa conduzidos por professores	2	1	5	8	3,70	1,85	9,26	14,81
Extensão promovidas pela instituição	2	2	6	10	3,70	3,70	11,11	18,52
Nenhuma atividade	9	4	14	27	16,67	7,41	25,93	50,00
As minhas próprias atividades de pesquisa			1	1			1,85	1,85
Total	15	9	30	54	27,78	16,67	55,56	100,00

Fonte: Dados de Pesquisa, 2022

Metade dos respondentes (50%) não desenvolveram nenhuma atividade além daquelas obrigatórias; 14, 81 % participaram de projetos de pesquisa conduzidos por professores e 9, 26 participaram de iniciação científica e de monitoria 5,56%.

Tabela 13 Você costuma ler muitos artigos, revistas, periódicos ou algum outro trabalho acadêmico?

	Frequência				Percentual (%)			
	9	10 N	10 D	Total	9	10 N	10 D	Total
Sim, algumas vezes			17	17			34	34
Sim, raramente	3	1	2	6	6	2	4	12
Sim, somente quando preciso	2	1	6	9	4	2	12	18
Não, somente quando é solicitado	4	3	6	13	8	6	12	26
Sim, muito	4		1	5	8		2	10
Total	13	5	32	50	26	10	64	100

Dados de Pesquisa, 2022

A Tabela 13 mostra que não é uma pratica a leitura de artigos, periódicos ou outro trabalho acadêmico e a maioria faz leituras somente quando é solicitado.

A Tabela 14 aponta a importância da pesquisa nos cursos universitários.

Tabela 14 A importância da pesquisa nos cursos universitários

	Frequência				Percentual (%)			
	9	10 N	10 D	Total	9	10 N	10 D	Total
Não tem importância, quero apenas me formar	2	1	3	6	2,67	1,33	4,00	8,00
Tem importância para uma futura vida acadêmica	8	5	11	24	10,67	6,67	14,67	32,00
Para o enriquecimento do currículo	4	5	11	20	5,33	6,67	14,67	26,67
Crescimento Profissional	6	7	12	25	8,00	9,33	16,00	33,33
Total	20	18	37	75	26,67	24,00	49,33	100,00

Dados de Pesquisa, 2022

Para 8%, a pesquisa não tem importância e querem apenas se formar. Para 32 % tem importância para uma futura vida acadêmica. Para 26 % importa para o enriquecimento do currículo e para 33 % para crescimento profissional.

A Tabela 15 apresenta os maiores motivos que levam o aluno a ter dificuldades na elaboração do TCC.

Tabela 15 - Quais os maiores motivos que levam o aluno concluinte, a ter dificuldades na elaboração do TCC

	Frequência				Percentual (%)			
	9	10 N	10 D	Total	9	10 N	10 D	Total
Falta de interesse em pesquisa.	6	1	10	17	9,84	1,64	16,39	27,87
Falta de leitura	4	1	8	13	6,56	1,64	13,11	21,31
Não tive dificuldades	5	1	4	10	8,20	1,64	6,56	16,39
Falta de Incentivo pela pesquisa	4		17	21	6,56		27,87	34,43
Total	19	3	39	61	31,15	4,92	63,93	100,00

Dados de Pesquisa, 2022

Observa-se que as respostas as questão de quais são os maiores motivos que levam o aluno concluinte a ter dificuldades na elaboração do TCC, as respostas foram distribuídas em (27,87%) falta interesse em pesquisa, (21,31%) falta de leitura, e para 16,39% não tiveram dificuldades. Por sua vez, 34,43 apontaram falta de incentivo pela pesquisa.

Tabela 16 - Quais aprendizagens você considera de um bom TCC

	Frequência				Percentual (%)			
	9	10 N	10 D	Total	9	10 N	10 D	Total
Conhecimento de um assunto específico	12	4	19	35	14,12	4,71	22,35	41,18
Experiências em pesquisar	7	1	21	29	8,24	1,18	24,71	34,12
Conhecimentos em metodologia	4	1	16	21	4,71	1,18	18,82	24,71
Total	23	6	56	85	27,06	7,06	65,88	100,00

Dados de Pesquisa, 2022

De acordo com a Tabela 16, ao serem questionados sobre as aprendizagens que consideram de um bom TCC, 41,18% disseram que adquiriram conhecimento em um assunto específico, seguido por 34,12% que afirmaram adquirir experiências em pesquisar e 24,71 % apontam os conhecimentos em metodologia.

4.2.4 – Questão aberta

Finalizando o formulário de pesquisa, foi perguntado aos respondentes se gostariam de acrescentar mais alguma informação. Houveram nove respostas, com o seguinte conteúdo:

- Quatro estudantes responderam com “não”;
- Uma resposta que dizia “Tudo ótimo”
- “Pesquisar é um processo, portanto, o ideal é o incentivo da instituição no início do curso. Os fundos de fomento nacional estão disponíveis, tanto para instituições federais, estaduais e particulares; mas não são suficientes, logo, as instituições particulares, por meio da criação de fundação de apoio à pesquisa consiste em uma alternativa válida e viável. ”
- “ Não. A pesquisa abordou todos os itens de grande valia para proporcionar ao aluno um vasto campo de conhecimento. ”
- O último semestre deveria ser apenas de revisão das disciplinas ministradas para a OAB e ENADE, e elaboração do TCC, como ocorre em uma pós-graduação ou mestrado que o aluno fica esse tempo exclusivamente dedicado à pesquisa.
- Os projetos referentes ao TCC deveria acontecer, pelo menos, no meio do curso e ter mais incentivo pela própria instituição e pelos professores.

4.4 – Reflexões

Para refletir sobre o conhecimento em direito a partir dos resultados das duas etapas da pesquisa, fez-se necessário rever alguns conceitos.

Observou-se nos trabalhos analisados que há uma confusão em relação a componentes metodológicos: métodos, metodologia, abordagem e técnicas de pesquisa. Os autores, na sua maioria, citam estes termos, sem apresentarem referência para os mesmos, apresentando equívocos ao classificar o tipo de revisão realizada, ausência de questão de pesquisa, falta de clareza na descrição dos procedimentos metodológicos. Quarenta e um trabalhos foram desconsiderados por nem mesmo citar o método, nem como foi feito.

Um dos métodos mais citados é o dedutivo. Este ponto vale lembrar Streck (2007)

A dogmática jurídica trabalhada nas salas de aula (e reproduzida em boa parte dos manuais) considera o direito como sendo uma mera racionalidade instrumental. Em termos metodológicos, predomina o dedutivismo (sic), a partir da reprodução inconsciente da metafísica relação sujeito-objeto (registre-se: tanto a metafísica clássica como a metafísica moderna). Nesse contexto, o próprio ensino jurídico é encarado como uma terceira coisa, no interior da qual o professor é um outsider do sistema. (STRECK, 2007, p. 35)

Para ele, o raciocínio dedutivo, tenta aprisionar a realidade dentro de um positivismo, construindo categorias, fatiadas e desconexas. Ou ainda, o ensino jurídico continua preso às velhas práticas.

Este jurista, com uma visão crítica, diz ainda que

A doutrina que sustenta o saber jurídico resume-se a um conjunto de comentários resumidos de ementários de jurisprudência, desacompanhados dos respectivos contextos. (STRECK, 2007, p.36).

Assim, a ciência deveria explicar, não prescrever remédios. Para Streck (2007) a doutrina que sustenta o saber jurídico resume-se a um conjunto de comentários resumidos de ementários de jurisprudência, desacompanhados dos respectivos contextos. Cada vez mais, a doutrina doutrina menos e, segundo ele, o direito está em crise, assim como o ensino do direito; uma crise de paradigmas, resultante da crise do modelo e de caráter epistemológico. Ou seja, um direito alienado da sociedade e dos fenômenos sociais.

Porém, o direito é um mecanismo de controle social. Seu objetivo é assegurar a solidariedade, impedindo que fatos contrários à sociedade ocorram ou passem impunes. (Durkheim, 1978).

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior, (...) que é geral na extensão de uma sociedade dada, e, ao mesmo tempo, possui existência própria, independente de suas manifestações individuais. (DURKEIN, 1978, p. 13)

É sair das ações individualizadas e levar o conhecimento do direito às ações sociais e coletivas, transindividuais, garantindo os direitos fundamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo explorar os trabalhos de conclusão do curso de Direito de uma Instituição de Ensino Superior - IES, identificando as temáticas ou ramos do Direito mais abordadas, os procedimentos metodológicos e o significado da elaboração e produção de um trabalho de conclusão de curso.

Os dados encontrados mostraram que os ramos do direito mais frequentes dos artigos consultados são o Direito Civil e Processual, seguido de Direito Penal e Processual, coincidindo também com os TCC em elaboração. O método dedutivo é o mais citado, a metodologia é a revisão bibliográfica. Direito, direitos, lei, penal, civil, constituição são as palavras chave com mais incidência.

Sugere-se conscientizar os estudantes da importância do pesquisar, assim como conhecer a filosofia do direito, métodos e técnicas. Um trabalho de pesquisa ou um Trabalho

de Conclusão de Curso, seja um artigo uma monografia, deve ser motivador não apenas como uma exigência institucional. A busca do conhecimento em Direito deve ser sistemática, assim como toda ciência social.

Este trabalho apresenta algumas limitações. Com o intuito de obter muitos dados, não houve aprofundamento nas análises e reflexões. Poderia também ter aprofundado por meio de uma pesquisa de cunho qualitativo. Tais limitações podem servir como sugestões para novas pesquisas.

REFERENCIAS

BEUREN, I. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BITTAR, Eduardo C B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786553622470. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553622470/>> Acesso em: 29 set. 2022.

Ordem dos advogados do Brasil – OAB. **Legislação sobre o ensino jurídico**. Disponível em <<https://www.oab.org.br/visualizador/20/legislacao-sobre-ensino-juridico>>. Acesso em 29 de maio 2022,

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 1995.

DINIZ, Maria H. **Compêndio de introdução à ciência do direito**: introdução à teoria geral do direito, à filosofia do direito, à sociologia jurídica, à lógica jurídica, à norma jurídica e aplicação do direito . Editora Saraiva, 2019. E-book. ISBN 9786555598629. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598629/>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Abril Cultural .1978.

FEFERBAUM, Marina; QUEIROZ, Rafael Mafei R. **Metodologia da Pesquisa em Direito - Técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses**. Editora Saraiva, 2019. E-book. ISBN 9788553615544. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553615544/>>. Acesso em: 29 set. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca; NICÁCIO, Camila Silva. **(Re) pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 5. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Almedina Brasil, 2020. 329 p

HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João B. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**, 9ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2017. E-book. ISBN 9788597011760. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011760/>>. Acesso em: 29 set. 2022.

LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa**. Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597026610. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026610/>>. Acesso em: 29 set. 2022.

MACIAS-CHAPULA, Cesar. **O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional**. Revista Ciência da Informação, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ci/a/rz3RTKWZpCxVB865BQRvtmh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 15/05/2022

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559641963. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559641963/>>. Acesso em: 29 set. 2022.

PEIXOTO, E. P. A. et al. **A contribuição da Iniciação Científica na elaboração do TCC no curso de Ciências Contábeis sob a ótica do corpo discente**: uma pesquisa nas IES públicas do Estado da Paraíba. In: CONGRESSO USP INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE. 9., 2014, São Paulo. Anais Eletrônicos [...]. São Paulo: USP, 2014. p. 1-13. Disponível em: <<https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos142014/227.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2022.

POÇAS, Luís. **Manual de Investigação em Direito**- Metodologia da preparação de teses e artigos jurídicos. Grupo Almedina (Portugal), 2020. E-book. ISBN 9789724085203. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789724085203/>>. Acesso em: 29 set. 2022.

SIQUEIRA JR., Paulo Hamilton. **Teoria do direito**. Editora Saraiva, 2019. E-book. ISBN 9788553609192. Disponível em : <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553609192/>>. Acesso em: 09 nov. 2022.

STRECK, Lenio Luiz. **HERMENÊUTICA E ENSINO JURÍDICO EM TERRAE BRASILIS**. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, v. 46, dec. 2007. ISSN 2236-7284. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/13495>>. Acesso em: 15 nov. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rfdufpr.v46i0.13495>.

STRECK, . L. **Bases para a compreensão da hermenêutica jurídica em tempos de superação do esquema sujeito-objeto**. Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos, [S. l.], v. 28, n. 54, p. 29–46, 2007. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15066>>. Acesso em: 15 nov. 2022.